



Educação em Revista - UFMG

ISSN: 0102-4698

revista@fae.ufmg.br

Universidade Federal de Minas Gerais
Brasil

Parrat-Dayan, Silvia

A discussão como ferramenta para o processo de socialização e para a construção do
pensamento

Educação em Revista - UFMG, núm. 45, junho, 2007, pp. 13-23

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=399360913002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A discussão como ferramenta para o processo de socialização e para a construção do pensamento

Discussion as a tool for the process of socialization and for the construction of thought

Silvia Parrat-Dayan*

RESUMO

A discussão consiste numa interação social em que diferentes sujeitos trocam e confrontam, no interior de um grupo, suas respectivas posições sobre um problema, para propor uma solução. Do ponto de vista do desenvolvimento, a discussão foi considerada por Piaget como um dos elementos que permitem ao sujeito evoluir do egocentrismo para a descentração. Assim, a discussão permite ao mesmo tempo o desenvolvimento da socialização e do pensamento.

Palavras-Chave: Educação; Discussão; Cidadania; Desenvolvimento Cognitivo; Socialização

ABSTRACT

Discussion consists in a social interaction in which different individuals exchange and confront, within a group, their own positions about a problem, aiming at the proposition of a solution. From the standpoint of development, discussion was considered by Piaget as one of the elements that trigger the evolution of the individual from egocentrism to descentration. As such, discussion allows at the same time the development of socialization and of thought.

Keywords: Education; Discussion; Citizenship; Cognitive Development; Socialization

* Archives Jean Piaget, Université de Genève (Suíça). silvia.parrat-dayan@pse.unige.ch.

INTRODUÇÃO

O discurso atual sobre a educação atribui grande importância à discussão na sala de aula. Este trabalho situa-se numa perspectiva piagetiana, que considera a criança como um interlocutor intelectual do adulto. Em vez de receptáculo vazio a ser preenchido, como tudo aquilo que provém do meio, a criança é vista como fonte de conhecimento. Ela é um criador que inventa os instrumentos do seu conhecimento e os utiliza para criar conteúdos novos, quando aberta às novas possibilidades. À educação cabe acompanhar e provocar a criança na busca da novidade e da criatividade. Nesse contexto, a discussão e o diálogo na escola se tornam ferramentas para a construção do pensamento e da socialização.

A discussão foi considerada por Piaget como um dos elementos que permitem evoluir do egocentrismo, característico da mentalidade da criança pequena, para a descentração. Nesse sentido, a discussão seria como uma ferramenta que incita a criança à criatividade, ao espírito crítico, à confrontação de pontos de vista diferentes. Através dela, a criança vai construir a autonomia, do ponto de vista intelectual, e a cidadania, do ponto de vista social.

A discussão, ligada à linguagem, provém da interação social e verbal. Para Piaget (1923), a linguagem é uma forma de comunicação.

Mas o que significa discutir? O que é importante na discussão? A fala? A liberdade para se expressar? A oposição argumentativa? Muitas vezes, as discussões provocam confusões intelectuais e confrontações emocionais. Então, por que discutir?

Ora, a discussão é um elemento importante daquela pedagogia que pretende desenvolver o pensamento das crianças, a cidadania e a democracia, ou seja, o direito de expressar idéias num espaço coletivo e público, onde se admite o pluralismo.

Como pensar a discussão para que contribua no processo de socialização e, portanto, no engajamento cidadão e também na construção do pensamento?

A educação coloca em primeiro plano a originalidade. A marcha da civilização rumo a um plano superior implica a presença de personalidades

capazes de cooperar numa obra comunitária e de se comunicar na harmonia. E é pela educação e pela construção do pensamento, mostrou Piaget, que é possível conduzir as crianças à elaboração da personalidade.

Uma vez que a educação alcançou essa primeira etapa, a difusão e o progresso do saber continuam através da interação individual. Ou seja, a educação prossegue como ação transitiva recíproca de seres humanos que construíram personalidades. Essa forma de ação se encontra na discussão.

INDIVIDUALIDADE, PERSONALIDADE E DISCUSSÃO

Para evitar confusões, é necessário distinguir os termos “individualidade” e “personalidade”. Segundo Lalande (1930), a individualidade permite estabelecer as diferenças entre indivíduos pelo caráter e a constituição. A personalidade é o que permite aos indivíduos fazer parte de uma mesma sociedade. Durkheim afirma que o ser individual é o ser anárquico presente nas crianças, e o ser social, ou seja, o eu socializado, é aquele que predomina com a educação e a cultura formal. Piaget distingue também o eu, próprio da criança, e a personalidade, que ele define como a forma impessoal da razão. Se o eu é fundamentalmente egocêntrico, a personalidade permite descentrar-se e perceber o próprio ponto de vista como um entre outros.

O processo de intercâmbio entre personalidades é a discussão, que também permite a passagem do plano subjetivo ao objetivo. A psicologia, nesse estágio, é psicologia social ou interindividual, e a discussão é uma interação social na qual as pessoas confrontam e trocam as suas idéias num grupo, com a finalidade de propor uma solução.

Como surge a discussão? A partir do embate entre as coisas e entre os outros, que produz um intercâmbio de pontos de vista. Sem a discussão, o espírito permaneceria num estado de conformismo total, de um lado, ou de autismo, de outro, sem ligação com a realidade. Haveria um estado de tranqüilidade próximo ao aniquilamento de toda consciência e à destruição de toda reflexão. Dessa forma, mesmo os conceitos adquiridos pela civilização nada representam se não são construídos ou reconstruídos pela pessoa. Goethe, antes de Piaget, já dissera através de Fausto: “Aquilo que você herdou de seus pais, é necessário conquistar para conhecê-lo.” E é isso que a discussão vai propiciar.

A discussão poderia ser vista como um jogo sem regra nenhuma. Mas, sem regra, desviar-se-ia do caminho da verdade e se resumiria a uma

polêmica interindividual simples, uma rivalidade anárquica de preferências sentimentais, por exemplo. A necessidade de disciplina na discussão é importante. E isso implica que a discussão e a técnica do diálogo sejam um método coletivo de pesquisa. As afirmações, as contradições ou oposições, as respostas às contradições evidenciadas geram pensamentos novos que, nesse processo, tomam a via da objetividade. A obra dos cientistas consiste na modificação de uma fórmula, na correção de uma explicação teórica, na modulação da terminologia etc. Nesse domínio, a discussão é obra de vulgarização, pois mostra o andar do pensamento científico, as dúvidas e, sobretudo, as sinuosidades e a complexidade do caminho.

As novas descobertas e o progresso intelectual surgem do embate de idéias. Nesse processo, os pontos de vista pessoais subordinam-se sem se aniquilarem. Pelo contrário, os diferentes pontos de vista se reencontram na elaboração coletiva e progressiva da verdade. Assim, no momento da formação endógena ou interna do pensamento, o sujeito recebe um impacto, do qual derivam o esforço da pesquisa e o movimento intelectual. As diferentes experiências imaginadas, as dúvidas e as fórmulas vistas pelo sujeito criam um domínio provisório do saber. Esse é o momento interno, mais lógico que histórico. A cada etapa da vida, da criança ao adulto, a curiosidade leva a um movimento interno e forma, provisoriamente, um domínio individual de explicação. Explicamos as coisas para nós antes de explicarmos aos outros. É verdade que muitas pessoas preferem nada dizer aos outros, permanecendo num estágio verdadeiramente egocêntrico.

Mas, normalmente, esse estágio é seguido de um momento social. O choque do pensamento que vem do meio social, particularmente o conflito provocado pelos pontos de vista diferentes sobre um mesmo tema, leva o sujeito a sair de si mesmo e a procurar o apoio objetivo de um sistema de referência.

Fruto do pensamento pessoal, a ciência e todo conhecimento verdadeiro, diz Goblot, consistem em fazer do pensamento, através da socialização, algo impessoal.

Do ponto de vista do desenvolvimento do indivíduo, Piaget não só afirmou, mas também provou cientificamente que o adulto e a criança são diferentes. No início, a criança é egocêntrica porque não pode compreender o outro nem cooperar com ele numa estrita reciprocidade. O egocentrismo não é uma consciência exclusiva do eu, mas um fato primitivo, anterior à constituição de regras e que representa um obstáculo

à elaboração de regras. A lógica do adulto é um conjunto de regras que governam o pensamento e que exigem a verificação. No estado egocêntrico, o pensamento fica preocupado em satisfazer o eu e seus desejos. Para chegar à verdade objetiva, a criança deve aprender a discutir, a compartilhar pensamentos. Para o Piaget dos anos 1930, o fator social é que permitirá o desenvolvimento da linguagem, das regras morais, lógicas e jurídicas. Desse modo, ele diz que tudo o que é normativo no espírito humano deve-se à vida social. Para pensar bem, ou seja, de forma lógica, o indivíduo deve eliminar as ilusões do egocentrismo (Piaget, 1930, 1931; Parrat-Dayan, 1994).

O DESENVOLVIMENTO DA SOCIALIZAÇÃO OU A APRENDIZAGEM DA CIDADANIA

O indivíduo não nasce cidadão, torna-se cidadão pela aprendizagem. A cidadania é o produto da educação. Para se preparar a aprendizagem da cidadania, é necessário ter a garantia da democracia. O debate é constitutivo da democracia. Não podemos aprender a democracia se não aprendemos a discutir, ou seja, é necessário ter regras que permitam a discussão. Quais regras? Como proceder?

Tozzi (2002, 2003) lembra que, numa discussão, é proibida qualquer violência física ou verbal. Deve-se utilizar a linguagem e sua potencialidade argumentativa como base para a troca. É preciso respeitar os diferentes papéis que a democracia criou para realizar a confrontação regulada das idéias (presidente, animador, moderador etc.) e respeitar também os procedimentos que ela elaborou para melhor organizar o debate (tempo do debate, tempo de fala de cada participante, um participante por vez pode falar sem que seja interrompido, fazer progredir a discussão através de sínteses ou relatórios etc.).

Além da técnica da discussão, o pensar juntos passa a constituir um objetivo pedagógico. Isso implica levar as crianças a utilizar procedimentos do pensamento adulto. Os adultos são mediadores, criticam, procuram elementos, examinam precedentes, imaginam alternativas. Só essa prática permitirá, entre as crianças, uma preparação para exercer a cidadania quando adultas. Outro elemento importante a considerar como garantia da democracia é o espírito crítico.

Enfim, a solidariedade age como fator de coerência democrática. Quando se pede a uma criança ou a um grupo de crianças para formular

novamente o argumento que uma delas apresentou, a reformulação permite, muitas vezes, chegar a um acordo. A solidariedade está presente de duas formas. Primeiro porque as crianças podem, pelas argumentações, favorecer a compreensão pessoal e do grupo. A solidariedade reside no fato de que as crianças percebem que o grupo não é um obstáculo à compreensão. Pelo contrário, o grupo permite um enriquecimento pessoal. Assim, pela estimulação da conversa e do diálogo, as crianças conseguem experimentar concretamente a importância do respeito verbal e não-verbal ao outro, a importância da tolerância, que cria um espaço para as opiniões do outro, a importância, enfim, para a compreensão, de submeter ao grupo a reformulação de argumentos individuais etc. Como se pode ver, a interação social é fundamental. O conflito cognitivo que provoca a diversidade de pontos de vista entre pares permite que os alunos se questionem, duvidem, problematizem a realidade, proponham soluções, critiquem as alternativas sugeridas e identifiquem os critérios para achar a solução mais coerente. Permite, finalmente, aplicar a solução escolhida na experiência cotidiana. Tudo isso mostra a complexidade da reflexão dos alunos, complexidade que se encontra num pensamento crítico, importante para que não se caia num relativismo negativo ou para não se deixar dominar pela ilusão.

O professor deve insistir na perspectiva do enriquecimento mútuo através do intercâmbio de pontos de vista entre as diferentes crianças. Ele pode criar situações que exijam da criança a relativização de seu ponto de vista. Por exemplo, colocar a criança diante da situação incômoda de duas opiniões que podem ser parcialmente verdadeiras e falsas, segundo o ponto de vista. A educação, para Piaget, consiste em levar a criança a pensar por si mesma e a se posicionar em relação aos outros, permanecendo, ao mesmo tempo, aberta às opiniões alheias. Essa é a condição para que a democracia funcione e a pesquisa científica seja feita.

Uma democracia não é apenas um espaço em que se confrontam mecanismos econômicos e políticos. A democracia se apóia no encontro de pessoas que procuram bases comuns. A democracia supõe a intersubjetividade e o diálogo argumentado. O comportamento democrático supõe diferentes valores, tais como: coerência ética, espírito crítico, rigor argumentativo, colaboração solidária e crítica construtiva. A democracia se torna, então, uma atitude do dia-a-dia. Com seu método, o professor conduz as crianças a elaborarem seus pontos de referência. Os

diferentes valores evocados não supõem somente uma atitude democrática, mas também filosófica, o que permitirá a construção da identidade num mundo em que a globalização provoca a ruptura dos pontos de referência constitutivos da identidade individual e social.

A problemática do viver juntos está muito ligada à cidadania (relação com a lei externa) e à educação moral (relação com a lei interna). Essa problemática começa cedo. Para Piaget, toda moral consiste num sistema de regras. A essência da moralidade reside no respeito que o indivíduo tem pelas regras. No desenvolvimento moral do indivíduo existem dois momentos, segundo Piaget (1932): um momento de heteronomia, em que a criança obedece às regras impostas pelos adultos sem ter consciência da necessidade delas – aqui a obediência à regra deriva do respeito unilateral da criança pelo adulto –; e um momento de autonomia, quando a necessidade de cooperação com os pares conduz a criança progressivamente a tomar consciência dos princípios de reciprocidade e de igualdade que fundamentam a justiça e permitem aplicar e modificar as regras pela negociação. Nesse caso, a obediência às regras deriva da livre negociação entre pessoas consideradas iguais entre si.

O respeito mútuo entre iguais permite a construção de normas, que pode começar bem cedo. Pode-se dizer que a co-construção de normas entre as crianças e o professor é a condição do viver juntos na sala de aula. Essas normas deveriam permitir tanto ao professor como aos alunos administrar e resolver diferentes problemas de comportamento. Na verdade, a co-construção de normas favorece a criação de um clima de cidadania. Assim, a escola é uma preparação para a vida adulta e, ao mesmo tempo, um lugar de vida para a criança.

Quando se trata os alunos como responsáveis pela comunidade escolar, eles se formam para ser responsáveis na comunidade dos adultos. E isso pode começar aos dois ou três anos.

Enfim, uma criança não é nem inferior ao adulto (o que justificaria o autoritarismo ou o comportamento paternalista), nem igual ao adulto (o que implica negar toda intervenção). Por outro lado, a escola deve reunir condições educativas para que as crianças possam adquirir, através de experiências vividas, as atitudes da cidadania. Para isso, é necessário evitar a imposição de regras definidas somente pelos adultos, mas também evitar que as crianças decidam sobre tudo o que se relaciona com a vida na escola. Trata-se de responsabilizar a criança sem que o professor deixe de ter responsabilidade.

Um fato é fundamental: tanto a educação intelectual como a educação moral e a educação para cidadania precisam de condições pedagógicas que somente são garantidas pela democracia.

Para educar crianças livres e responsáveis, é necessário que assumam responsabilidades. Para ser respeitado pelo outro, é preciso começar por respeitar os outros. Para desenvolver o espírito crítico, deve-se aceitar ser criticado. Para educar para a democracia, deve-se transformar as escolas em lugares de vida onde predomine a atitude democrática. Porém, o mais importante é que a democracia não seja imposta, mas reinventada pelas crianças.

A cidadania moderna, específica dos sistemas democráticos, é simultaneamente política (participar do poder), jurídica (obedecer às leis do país), ética (privilegiar o interesse coletivo) e afetiva (saber viver juntos). A participação no poder, as leis justas, a defesa do interesse geral e o desejo de viver juntos caracterizam, portanto, a cidadania democrática.

Do ponto de vista da educação, todas essas dimensões devem ser levadas em consideração. A participação no poder, por exemplo. O sistema escolar pretende educar as crianças para a cidadania, mas ao mesmo tempo as impede de participar das decisões e, conseqüentemente, de exercer a cidadania. Ora, todo comportamento se aprende pelo exercício. A cidadania não se aprende através de aulas teóricas, mas na prática. Não se trata de imitar as instituições, porque as características da relação adulto/criança é que são diferentes e ambos têm responsabilidades. Trata-se de inventar um sistema que não retire a responsabilidade dos adultos e que dê responsabilidade às crianças.

A dimensão jurídica é importante na escola, onde não existe nenhuma instância de mediação. Assim, um aluno não pode se queixar do comportamento violento dos outros, por exemplo. Nesse sentido, seria interessante criar uma instância de arbitragem e de conciliação.

Quanto à dimensão ética, é verdade que a escola pretende uma abertura ao outro: outras línguas, culturas, religiões, concepções de mundo. Porém, as reflexões sexistas e discriminatórias persistem. Seria interessante trabalhar essa questão na sala de aula, porque se trata de um problema cotidiano que pode ser vivido pelas crianças.

Enfim, a dimensão afetiva tem de ser pensada na escola, porque, se esta não é considerada como um lugar de vida pelos alunos, comportamentos anti-sociais e antidemocráticos podem se propagar.

CONCLUSÃO

A prática da discussão pode ser vista como um processo de socialização que serve ao desenvolvimento da cidadania e do pensamento. Como educar para a cidadania? Como conjugar o exercício da cidadania, que supõe o *status* de adulto, com o fato de ser um aluno em escolarização, ou seja, um indivíduo menor que não sabe fazer aquilo que se quer ensinar?

O adulto e a criança são diferentes. Enquanto a criança está sendo educada, não pode ser considerada como cidadão. Por outro lado, o adulto pode continuar a aprender, mas não a ser educado. É ele quem decide o que quer aprender, é ele quem escolhe, através de representantes, as leis da cidade etc.

A política exige a fronteira entre criança e adulto, entre o domínio educativo, que supõe a submissão a uma tutela, e o domínio cidadão, que consiste no exercício da liberdade. Dessa forma, é impossível que as crianças decidam sobre o mundo ou que os adultos sejam privados da liberdade. A educação não pode considerar a criança como um cidadão já autônomo. Os adultos, cidadãos, não podem ser tratados como crianças.

É importante separar a criança do adulto do ponto de vista político e jurídico, mas, como diz Meirieu (2003), estabelecer uma fronteira entre criança e adulto na educação impede a compreensão de como se passa de um ao outro. As crianças aprendem e crescem no decorrer do tempo. Assim, o pedagogo não nega a parte de formação na educação, mas tampouco renuncia a colocar a liberdade como finalidade da educação. Ele articula simultaneamente a formação e a emancipação. Ele luta pela liberdade no momento em que instaura uma situação de constrangimento, de pressão. Ele não renuncia à vontade de transmitir, mas introduz aqui uma antecipação da liberdade. Trata-se de ajudar a criança a crescer sem deixar de lado a autoridade do adulto, nem renunciar a fazer emergir a sua liberdade. Piaget diria que deveríamos tratar a criança como se fosse um adulto. Ambos têm lógicas diferentes, mas o adulto não é estrangeiro à lógica da criança (Parrat-Dayana, 1994). Por conseguinte, o adulto e o professor podem comunicar e ajudar a criança a se tornar adulto. O professor vai conseguir isso, não negando a criança (como fazia a escola tradicional), não negando as diferenças entre adultos e crianças (como ainda fazem alguns pedagogos e psicólogos), mas tratando a criança como adulto, ou seja, permitindo a cooperação, a discussão e o intercâmbio.

Como um indivíduo se transforma em cidadão? A cidadania se manifesta em diversos níveis da sociedade: na escola, na cidade, no país,

no planeta, e implica tanto direitos como deveres. A responsabilidade e o engajamento são as condições básicas da cidadania. Esse engajamento pode assumir diferentes formas, por exemplo: organizar uma viagem para a própria sala de aula, trabalhar numa associação de defesa dos idosos, ajudar os pobres, participar de uma manifestação etc. O ponto que liga todas essas diferentes ações é a vontade de transformar e melhorar as condições de vida de uma parte do mundo em que vivemos.

A escola tem como finalidade formar o cidadão. Isso exige que ela dê às crianças as competências próprias que caracterizam o cidadão. Ou seja, a formação do pensamento é um objetivo fundamental da escola.

A cidadania, na concepção de Piaget, implica ao mesmo tempo o indivíduo e o grupo, a autonomia e a cooperação. Ela requer dois tipos de aprendizagem: a intelectual e afetiva, para saber utilizar a liberdade de cidadão, e a cooperativa, para saber considerar o ponto de vista do outro.

Segundo Claudine Leleux (1997), o cidadão deveria também saber intervir pessoalmente na esfera pública para defender seu ponto de vista, deliberar com os outros, organizar a resistência ao poder político do momento etc. Haveria, além da aprendizagem para a autonomia e para a cooperação, uma aprendizagem para a participação. Seria interessante considerar uma dimensão política, no sentido de comunidade de cidadãos livres e iguais. Isso implica sair dos limites da sala de aula.

Essa aprendizagem tem duas dimensões. Por um lado, o saber argumentar considerando seu próprio ponto de vista e o ponto de vista geral; por outro lado, poder tomar decisões concretas. Uma forma de fazer a aprendizagem para a participação é o conselho de cooperação, que se pode fazer na sala de aula ou fora. A criança e o professor organizariam juntos a aula, o tempo, o espaço, o trabalho, as responsabilidades, os projetos etc.

Assim, será preciso saber discutir juntos. E o que é necessário aprender quando se discute juntos? Analisar, organizar, antecipar, decidir, encontrar soluções. Novamente, pode-se observar que socialização e pensamento caminham juntos.

A escola é o lugar da socialização. Mas ela tende a esquecer a organização conjunta da vida, porque está preocupada com outro objetivo importante: o desenvolvimento pessoal do aluno. Porém, o pluralismo e a tolerância definem a escolha de princípios e valores de organização da vida em comum. É necessário ultrapassar o dualismo indivíduo/sociedade

para que a construção da identidade individual e coletiva, bem como dos saberes, se relacione ao mesmo tempo com a individuação e com a socialização.

A escola não renunciou a socializar os alunos, mas tem renunciado a uma socialização democrática, aquela que privilegia a igualdade e a participação dos cidadãos na vida pública. A noção de socialização está vinculada a valores como solidariedade, igualdade, cooperação, responsabilidade, todos ligados à idéia de democracia. Os jovens precisam, assim, de uma socialização democrática, e não de uma escola que socializa para a desigualdade, o elitismo, a competitividade, a diferenciação entre os que perdem (excluídos) e os que ganham. Ela é exclusivamente individualizante. Para sair do individualismo, a escola poderia estimular o diálogo e a discussão bem conduzida entre as crianças e entre estas e o professor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LALANDE, A. *Les illusions évolutionnistes*. Paris: F. Alcan, 1930.
- LELEUX, C. *Repenser l'éducation civique*. Paris: Éditions du Cerf, 1997.
- LELEUX, C. *La philosophie pour enfants*. Bruxelles: De Boeck, 2005.
- MEIRIEU, Ph. Préface. In: XYPAS, C. (Dir.). *Les citoyennetés scolaires*. Paris: PUF, 2003.
- PARRAT-DAYAN, S. Piaget dans l'école libératrice: la dialectique de l'autre et du même. *Archives de Psychologie*, n. 62, p. 171-192, 1994.
- PIAGET, J. *Le langage et la pensée chez l'enfant*. Neuchâtel: Delachaux; Paris: Niestlé, 1923.
- PIAGET, J. La vie sociale de l'enfant. *L'éducation libératrice*, n. 9, p. 226-227, 1930.
- PIAGET, J. La logique de l'enfant 1. L'égoцентризм. *L'éducation libératrice*, n. 23, p. 494, 1931.
- PIAGET, J. *Le jugement moral chez l'enfant*. Paris: PUF, 1932.
- TOZZI, M. *La discussion philosophique à l'école primaire*. Montpellier: CRDP, 2002.
- TOZZI, M. *Les activités à visée philosophique en classe*. L'émergence d'un genre. Rennes: CRDP de Bretagne, 2003.

Recebido em: 06/09/06

Aprovado em: 06/11/06